



Município de Ourique
Câmara Municipal

REGULAMENTO

INTERNO

“Comissão Municipal de Defesa da Floresta”,

do

MUNICÍPIO DE OURIQUE

junho /2019

Aprovado por unanimidade dos membros presentes, em reunião Extraordinária da CMDFCI realizada em 19/06/2019



Município de Ourique
Câmara Municipal

REGULAMENTO INTERNO

Preâmbulo

Considerando que: -----

- O Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de Junho, republicado pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto e alterado pelo Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro, prevê a existência em cada município de uma ***“Comissão Municipal de Defesa da Floresta”***, qualificando-a como estrutura de articulação, planeamento e ação que tem como missão a coordenação de programas de defesa da floresta. -----
- À ***“Comissão Municipal de Defesa da Floresta”*** foram conferidas competências consultivas, que consistem na emissão de pareceres no âmbito do sistema nacional de defesa da floresta contra incêndios. -----
- A ***“Comissão Municipal de Defesa da Floresta”*** do Concelho de Ourique encontra-se instalada, e para que esta prossiga as suas atribuições exercendo as competências que lhe estão legalmente atribuídas, é necessário disciplinar o modo de funcionamento e organização da mesma. -----
- Assim sendo, para cumprimento do disposto no mencionado diploma legal, a ***“Comissão Municipal de Defesa da Floresta”*** aprova o seguinte Regulamento Interno: -----



Município de Ourique
Câmara Municipal

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

(Âmbito, Natureza e composição)

1. A Comissão Municipal de Defesa da Floresta é uma estrutura legalmente prevista de natureza obrigatória a quem incumbe a articulação, planeamento e ação da coordenação de programas de defesa da floresta no âmbito territorial do Município de Ourique. -----
2. A Comissão Municipal de Defesa da Floresta tem, nos termos da lei, a seguinte composição: -----
 - a) O Presidente da Câmara Municipal ou seu representante, que preside. -----
 - b) O Presidente da Junta de Freguesia de Ourique. -----
 - c) O Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Serra. -----
 - d) O Presidente da “União de Freguesias de Panóias e Conceição”. -----
 - e) O Presidente da “União de Freguesias de Garvão e Santa Luzia”. -----
 - f) Um representante do ICNF, I. P. -----
 - g) Um representante da GNR. -----
 - h) Um representante das organizações de produtores florestais. -----
 - i) Um representante da IP, S. A. -----
 - j) Um representante do IMT, I. P. -----
 - k) Um representante da REN. -----
 - l) Um representante da EDP. -----
 - m) Outras entidades e personalidades a convite do presidente da comissão. -----
3. As entidades podem, querendo, indicar representantes suplentes para as faltas e impedimentos dos representantes efetivos. -----

Artigo 2.º

(Instalação)

1. A convocatória para o ato de instalação da Comissão, os procedimentos de instalação e o funcionamento da primeira reunião são determinados pelo Presidente da Comissão. -----
2. O funcionamento subsequente da Comissão rege-se pelo presente Regulamento e subsidiariamente pelos artigos 21º a 35º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro. -----



Município de Ourique
Câmara Municipal

Artigo 3.º
(Atribuições)

1. São atribuições da Comissão de Defesa da Floresta: -----

- a) Articular a atuação dos organismos com competências em matéria de defesa da floresta, no âmbito da sua área geográfica. -----
- b) Avaliar e emitir parecer sobre o plano municipal de defesa da floresta contra incêndios (PMDFCI). -----
- c) Propor projetos de investimento na prevenção e Protecção da floresta contra incêndios, de acordo com os planos aplicáveis. -----
- d) Apreciar o relatório anual de execução do PMDFCI a apresentar pela câmara municipal. -----
- e) Acompanhar o desenvolvimento dos programas de controlo de agentes bióticos e promover ações de proteção florestal. -----
- f) Acompanhar o desenvolvimento das ações de sensibilização da população, conforme plano nacional de sensibilização elaborado pelo ICNF, I. P.. -----
- g) Promover ao nível das unidades locais de proteção civil, a criação de equipas de voluntários de apoio à defesa contra incêndios em aglomerados rurais e apoiar na identificação e formação do pessoal afeto a esta missão, para que possa atuar em condições de segurança. -----
- h) Proceder à identificação e aconselhar a sinalização das infra-estruturas florestais de prevenção e proteção da floresta contra incêndios, para uma utilização mais rápida e eficaz por parte dos meios de combate. -----
- i) Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a informação especial, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência. -----
- j) Colaborar na divulgação de avisos às populações. -----
- k) Avaliar os planos de fogo controlado que lhe forem apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento do Fogo Controlado. -----
- l) Emitir, quando solicitado, parecer sobre os programas nacionais de defesa da floresta. -----
- m) Aprovar a delimitação das áreas identificadas em sede do planeamento municipal com potencial para a prática de fogo de gestão de combustível. -----
- n) Emitir os Pareceres previstos no artigo 16.º da lei do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente sobre as medidas de minimização do perigo de incêndio, incluindo as medidas relativas à



Município de Ourique
Câmara Municipal

contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respectivos acessos, bem como à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo. -----

2. Para emissão dos Pareceres previstos nos n.ºs 4, 6, 10 e 11 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, republicado pela Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto e alterado pelo Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro, integra obrigatoriamente a CMDFCI um representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, um representante da Direção Regional de Agricultura territorialmente competente e um representante da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, devendo os pedidos ser instruídos com os elementos indicados nos **ANEXOS I, II, III, IV e V** ao presente regulamento. -----

Artigo 4.º

(Apoio à Comissão)

O apoio técnico e administrativo à Comissão é assegurado pelo “**Gabinete Técnico Florestal**” da Câmara Municipal de Ourique. -----

CAPÍTULO II

DOS MEMBROS DA COMISSÃO

Artigo 5.º

(Duração, natureza, fins do mandato, direitos e deveres)

1. Os membros da Comissão representam as entidades que os designaram e são titulares de um único mandato que corresponde à duração do mandato dos órgãos municipais. -----
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior a Comissão e o mandato dos seus membros mantêm-se em funções até à primeira reunião do órgão, subsequente à instalação do novo órgão executivo municipal. -----
3. Findo o mandato, os membros da Comissão Consultiva podem ser reconduzidos nas respetivas funções ou substituídos por outros expressa e formalmente indicados pelas entidades que representam. -----
4. Salvo disposição legal em contrário, os membros da Comissão podem, em qualquer momento, ser substituídos por deliberação da entidade que os designou. -----
5. Os membros da Comissão gozam, nomeadamente, dos seguintes direitos: -----



Município de Ourique
Câmara Municipal

- a) De agendamento, devendo as suas propostas ser inseridas na ordem do dia da reunião seguinte nos termos do presente Regimento; -----
 - b) De uso da palavra e apresentação de propostas, oralmente ou por escrito, em todas as matérias da competência da Comissão; -----
 - c) De votar ou abster-se de votar, apresentar declaração de voto, ainda que a sua posição haja feito vencimento, e, se assim o entender, reduzi-la a escrito até ao momento da aprovação da ata da reunião em que for produzida; -----
 - d) De dispensa do exercício de qualquer atividade quando ao serviço do órgão, sem prejuízo de quaisquer dos seus direitos ou regalias profissionais. -----
6. São, em especial, deveres dos membros da Comissão: -----
- a) Agir com isenção e independência no exercício das suas funções;-----
 - b) Participar ativamente nos trabalhos, designadamente intervindo e propondo, se necessário por escrito, com vista ao andamento das questões e à conformação das deliberações; -----
 - c) Desempenhar as demais funções que lhe forem cometidas para prossecução dos fins da Comissão; -----
 - d) Abster-se de emitir, publicamente, opinião sobre assuntos pendentes de decisão ou sobre posições assumidas na sua preparação e conformação. -----
7. As funções na Comissão decorrem a título gracioso, não sendo objeto de qualquer tipo de compensação ou retribuição, senão de presença ou ajuda de custo. -----

CAPÍTULO III

FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO

Artigo 6.º

(Funcionamento)

- 1. A Comissão reúne-se ordinariamente quatro vezes por ano, nos meses de fevereiro, maio, setembro e novembro ou dezembro, e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu Presidente. -----
- 2. Podem também ser convocadas, extraordinariamente, reuniões da Comissão, quando a maioria dos seus membros o solicite, com um prazo de **10 dias úteis** de antecedência, as quais deverão ser fundamentadas em questões relevantes para o Município de Ourique, nas matérias da sua competência. -----



Município de Ourique
Câmara Municipal

3. A Comissão Consultiva pode convidar, a título de observadores, especialistas em assuntos de grande relevância no âmbito da defesa da floresta contra incêndios e Instituições ou entidades especialistas nessas matérias, sem que os mesmos tenham direito de voto. -----
4. Qualquer membro pode sugerir a apreciação de assuntos dentro do âmbito de atribuições do órgão, sendo a pertinência dos mesmos decidida pelo Presidente da Comissão, o qual promoverá o seu agendamento na seguinte reunião ordinária ou, quando se justifique, convocará uma reunião extraordinária para o efeito. -----

Artigo 7.º

(Da Mesa da Comissão)

1. Os trabalhos da Comissão são dirigidos pelo seu Presidente, o qual preside a uma Mesa, que integra ainda um Secretário, eleito de entre os restantes membros. -----
2. As funções de **Secretário da Mesa da Comissão** são exercidas por um funcionário do Município de Ourique, a designar pelo Presidente da Comissão. -----
3. A Mesa é imparcial no exercício das suas funções. -----
4. Compete à Mesa, designadamente: -----
 - a) Criar as condições para a geração de consensos quanto aos temas em debate; -
 - b) Solicitar informações aos Serviços do Município e a outras Instituições que, de modo direto, ou indireto, dele dependam; -----
 - c) Manter um registo de presença nas reuniões; -----
 - d) Convidar individualidades ou instituições a participarem enquanto observadores. -----
5. Compete ao Secretário, conferir as presenças nas reuniões, verificar o quórum, organizar as inscrições para uso da palavra e lavrar as atas, bem como assegurar a elaboração do expediente da Comissão por parte do **Gabinete Técnico Florestal**. -

Artigo 8.º

(Competência do Presidente da Comissão)

1. Compete ao Presidente da Comissão:-----
 - a) Representar a Comissão sempre que esta, sob proposta sua, não mandate especialmente um dos restantes membros; -----
 - b) Marcar e convocar reuniões;-----
 - c) Definir a ordem do dia;-----



Município de Ourique
Câmara Municipal

- d) Dirigir e coordenar os trabalhos da Comissão, estimulando e incentivando a participação ordenada dos seus membros;-----
 - e) Suspender, justificadamente, os trabalhos e marcar o dia e hora para o prosseguimento da reunião, ou determinar que os problemas não tratados integrem a ordem do dia da sessão ordinária seguinte;-----
 - f) Assegurar que a Comissão toma decisões efetivas, recorrendo, sempre que necessário, ao recurso à votação, por forma a evitar o prolongamento excessivo dos trabalhos;-----
 - g) Executar as deliberações da Comissão, designadamente dando seguimento aos pareceres, recomendações e propostas;-----
 - h) Assinar a correspondência em nome da Comissão;-----
 - i) Dar publicidade às deliberações da Comissão;-----
 - j) Interpretar o Regimento da Comissão;-----
 - k) Exercer as demais competências que lhe forem cometidas por lei, decorrentes do presente regimento ou de deliberação da Comissão.-----
2. As relações com os órgãos de comunicação social são asseguradas pelo Presidente da Comissão que para o efeito, assume a qualidade de porta-voz.-----
3. Na ausência do Presidente da Comissão ou do seu representante os trabalhos são presididos pelo Secretário da Mesa.-----

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 9.º

(Dever de colaboração)

A Comissão deve colaborar com as *Instituições Públicas*, em especial com os Órgãos do Município, prestando, no âmbito da sua competência e na medida das suas capacidades, o apoio que lhe for solicitado. -----

Artigo 10.º

(Atas)

1. De cada reunião será lavrada uma ata, na qual se registará o que de essencial se tiver passado, nomeadamente, as faltas verificadas, os assuntos tratados, os pareceres e recomendações emitidos, o resultado final das votações e as declarações de voto. -----
2. As atas das reuniões são lavradas sob responsabilidade do Secretário designado para o efeito, lidas e aprovadas na reunião seguinte àquela a que se referem. -----



Município de Ourique
Câmara Municipal

3. No final das reuniões, as deliberações são de imediato, aprovadas e minuta. -----
4. Qualquer membro ausente da reunião de aprovação de uma ata da qual conste ou se omitam tomadas de posição suas, pode posteriormente, juntar à mesma uma declaração de voto sobre o assunto. -----

Artigo 11.º

(Casos Omissos)

Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação do presente regulamento serão resolvidos pela Comissão com recurso às disposições e princípios legais aplicáveis. -----

Artigo 12.º

(Alterações)

1. Cada membro da Comissão poderá apresentar propostas de alteração ao presente Regulamento, as quais só serão admitidas pelo Presidente da mesma, desde que apoiadas pelo mínimo de um quarto dos seus membros. -----
2. Admitidas quaisquer propostas de alteração, o Presidente da Comissão marcará a sua discussão e votação para a próxima reunião ordinária.-----
3. As alterações ao Regulamento devem ser aprovadas por maioria de 2/3 dos membros da Comissão, em efetividade de funções. -----

Artigo 13.º

Vigência

O presente regulamento entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação na página eletrónica da Câmara Municipal de Ourique, em www.cm-ourique.pt -----



Município de Ourique
Câmara Municipal

ANEXO I

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS

(Recomendações)

Definição de medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações e nos respetivos acessos, bem com à defesa e resistência das edificações à passagem do fogo.

De acordo com a legislação, os projetos apresentados para Parecer à CMDF devem incorporar expressamente evidências de previsão de medidas de redução da dimensão da faixa de gestão de combustível, aumento da disponibilidade de água e resistência dos materiais de construção à passagem do fogo.

Para o efeito a CMDF formula as seguintes recomendações que serão orientadoras da sua apreciação em sede de emissão do parecer previsto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, devendo, portanto, a pronúncia da CMDF, com base no cumprimento das recomendações abaixo indicadas e outras medidas propostas pelo requerente concluir no sentido de que os objetivos de salvaguarda legal das pessoas e bens contra incêndios estão (não estão) suficientemente acautelados pelo projeto apresentado e submetido a apreciação.

As presentes recomendações serão publicadas na página internet da CMDF (ou do Município), de modo a poderem ser facilmente acedidas pelos interessados.

1. O requerente obriga-se ao cumprimento integral das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, e seu anexo, do qual faz parte integrante, em especial quanto aos critérios de gestão de combustíveis na área envolvente à edificação.
2. Deve ser criada uma faixa pavimentada com materiais não inflamáveis, com 1 a 2 metros de largura, circundando todo o edifício.
3. Os acessos ao edifício devem ter, pelo menos, 4 metros de largura e manter-se totalmente transitáveis.
4. Deve garantir-se a existência de pontos de água, nas imediações da edificação (dentro da propriedade ou nos seus imediatos), com pressão e caudais suficientes, com vista à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios, tais como:
 - a) Rede de hidrantes exteriores ou reservatórios com capacidade não inferior a 60 m³, elevado /gravítico ou dotado de sistema de bombagem, garantindo um caudal mínimo de 20 l/s por cada hidrante, com um máximo de dois, à pressão dinâmica mínima de 150 kPa;



Município de Ourique
Câmara Municipal

- b) Piscina ou lago, com capacidade mínima de 60 m³ de água utilizável, com grupo hidropressor, boca-de-incêndio e carretel, e que permita a entrada de instrumentos de bombagem.
- 5. Devem adotar-se materiais e processos construtivos que confirmem uma resistência elevada em matéria de Segurança Contra Incêndios em Edifícios (resistência à passagem do fogo).
- 6. Devem manter-se os telhados e as caleiras em condições de permanente limpeza.
- 7. Privilegiar a existência de espécies resistentes ao fogo na envolvente do edificado (folhosas de folha caduca).
- 8. As copas das árvores e dos arbustos devem estar distanciadas no mínimo 5 metros da edificação, evitando-se ainda a sua projeção sobre a cobertura do edifício.
- 9. Não podem ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração florestal ou agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis.



Município de Ourique
Câmara Municipal

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS **(Procedimento)**

ANEXO II

1. ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS GERAIS

Para efeitos do **n.º 4 do artigo 16.º** do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, com as respetivas alterações, os elementos instrutórios previstos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, conjugado com a Portaria n.º 113/2015, de 22/04 e demais legislação aplicável, os processos a remeter à CMDF nos termos do n.º 2 do artigo 3.º deste Regulamento devem ainda conter as seguintes peças escritas e desenhadas:

(Construção de novos edifícios ou ampliação de edifícios existentes fora das áreas edificadas consolidadas, nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definido em PMDFCI como de média, baixa e muito baixa perigosidade).

- 1.1 A memória descritiva e justificativa da operação urbanística deve identificar, entre outros, o uso a que se destinam os edifícios que se incorporam na propriedade e o cumprimento das disposições previstas no diploma, designadamente através das seguintes medidas:
 - a) *Criação de uma faixa pavimentada com materiais não inflamáveis, com 1 a 2 metros de largura, circundando todo o edifício;*
 - b) *Identificação da existência de pontos de água, nas imediações da edificação (dentro da propriedade ou na sua envolvente, com pressão e caudais suficientes, com vista à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios;*
 - c) *Indicação da adoção de materiais e processos construtivos que confirmam uma resistência elevada em matéria de Segurança Contra Incêndios em Edifícios;*
 - d) *Identificação de outras medidas de minimização de perigo de incêndios a adotar pelo interessado.*
- 1.2 A planta de localização, à escala de 1:10 000, deverá incluir a delimitação da totalidade da propriedade;
- 1.3 Extrato da cartografia de incêndio rural, à escala de 1:25 000, do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), com a delimitação da totalidade da propriedade:
 - a) *Carta de Risco de Incêndio Florestal (RIF);*
 - b) *Carta de Perigosidade de Incêndio;*



Município de Ourique
Câmara Municipal

- c) Carta de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível (FMGC).*
- 1.4 Extrato da cartografia de incêndio rural, à escala que se considere adequada, do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), com a área de intervenção/construção/ampliação proposta:
- a) Carta de Risco de Incêndio Florestal (RIF);*
b) Carta de Perigosidade de Incêndio;
- 1.5 Planta de enquadramento em ortofotomapa, com representação da faixa de gestão de combustível associada à área de intervenção/construção/ ampliação proposta;
- 1.6 A planta de implantação deve incluir a área de intervenção do projeto, todos os edifícios a construir e/ou a ampliar, incluindo cotas de afastamento às extremas, com a representação dos acessos e vias e respetivo dimensionamento e condições de utilização;
- 1.7 Descrição das medidas a adotar para a contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos – apresentação do projeto de segurança contra incêndios ou ficha e medidas de autoproteção, conforme aplicável;
- 1.8 Análise de risco, a elaborar pelo Gabinete Técnico Florestal (GTF), referindo:
- a) O potencial de risco que a atividade económica coloca à envolvente;*
b) O potencial de dano no caso de o incêndio atingir a infraestrutura que suporta a atividade económica;
c) O grau de perigosidade da envolvente;
d) Medidas de gestão de risco;
- 1.9 Declaração de compromisso contendo a garantia de que as faixas de gestão de combustível são realizadas antes do início da obra, durante a sua execução e utilização, no cumprimento integral das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as respetivas alterações, e seu Anexo e nas recomendações para o efeito formuladas pela CMDF (**Anexo III**).
- 1.10 Declaração do requerente com a indicação do uso atual do solo (**Anexo V**), acompanhada de fotos do local da intervenção.

2. ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS ESPECÍFICOS

Para efeitos do **n.º 6 do artigo 16.º** do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, com as respetivas alterações, os elementos instrutórios previstos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, conjugado com a Portaria n.º 113/2015, de 22/04 e demais legislação aplicável, os processos a remeter à CMDF nos termos do n.º 2 do artigo 3.º deste Regulamento devem ainda conter as seguintes peças escritas e desenhadas:



Município de Ourique
Câmara Municipal

(Construção de novos edifícios ou ampliação de edifícios existentes destinados exclusivamente ao turismo de habitação, ao turismo no espaço rural e à atividade agrícola, silvícola, pecuária, aquícola ou atividades industriais conexas e exclusivamente dedicadas ao aproveitamento e valorização dos produtos e subprodutos da respetiva exploração).

- 2.1 A memória descritiva e justificativa da operação urbanística nos termos previstos no ponto 1.1. dos elementos instrutórios gerais deverá adicionalmente descrever:
 - a) *Caraterização da exploração, quando estiver em causa uma atividade industrial conexas e exclusivamente dedicada ao aproveitamento e valorização dos produtos e subprodutos da respetiva exploração;*
 - b) *Indicação de medidas excecionais e suplementares de proteção adotadas em sede de projeto para cumprimento das exigências previstas nas alíneas a) e b) do ponto 6 do artigo 16.º;*
 - c) *Identificação de outras medidas de minimização de perigo de incêndio a adotar pelo interessado.*
- 2.2 A planta de localização, à escala de 1:10 000, deverá incluir a delimitação da totalidade da propriedade;
- 2.3 Extrato da cartografia de incêndio rural, à escala de 1:25 000, do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), com a delimitação da totalidade da propriedade:
 - i. *Carta de Risco de Incêndio Florestal (RIF);*
 - ii. *Carta de Perigosidade de Incêndio;*
 - iii. *Carta de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível (FMGC).*
- 2.4 Extrato da cartografia de incêndio rural, à escala que se considere adequada, do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), com a área de intervenção/construção/ampliação proposta:
 - i. *Carta de Risco de Incêndio Florestal (RIF);*
 - ii. *Carta de Perigosidade de Incêndio;*
- 2.5 Planta de enquadramento em ortofotomapa, com representação da faixa de gestão de combustível associada à área de intervenção/construção/ ampliação proposta;
- 2.6 A planta de implantação deve incluir a área de intervenção do projeto, todos os edifícios a construir e/ou a ampliar, incluindo cotas de afastamento às extremas, com a representação dos acessos e vias e respetivo dimensionamento e condições de utilização;
- 2.7 Pedido do interessado, a submeter à deliberação da Câmara Municipal, para redução até 10 metros da distância à estrema da propriedade da faixa de



Município de Ourique
Câmara Municipal

proteção prevista na alínea a) do n.º 4, acompanhado pelos seguintes elementos:

- 1) Indicação das medidas excecionais previstas de proteção relativas à defesa e resistência do edifício à passagem do fogo;
 - 2) Indicação das medidas excecionais previstas de contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios no edifício e nos respetivos acessos;
 - 3) Análise de risco, a elaborar pelo Gabinete Técnico Florestal (GTF), referindo:
 - a) *O potencial de risco que a atividade económica coloca à envolvente;*
 - b) *O potencial de dano no caso de o incêndio atingir a infraestrutura que suporta a atividade económica;*
 - c) *O grau de perigosidade da envolvente;*
 - d) *Medidas de gestão de risco;*
 - 4) *A planta de localização, à escala de 1:10 000, deverá incluir a delimitação da totalidade da propriedade;*
 - 5) *Extrato da cartografia de incêndio rural, à escala de 1:25 000, do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), com a delimitação da totalidade da propriedade:*
 - i. *Carta de Risco de Incêndio Florestal (RIF);*
 - ii. *Carta de Perigosidade de Incêndio;*
 - iii. *Carta de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível (FMGC).*
 - 6) *Extrato da cartografia de incêndio rural, à escala que se considere adequada, do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), com a área de intervenção/construção/ampliação proposta:*
 - i. *Carta de Risco de Incêndio Florestal (RIF);*
 - ii. *Carta de Perigosidade de Incêndio;*
 - iii. *Planta de enquadramento em ortofotomapa, com representação da faixa de gestão de combustível associada à área de intervenção/construção/ ampliação proposta;*
 - 7) *A planta de implantação deve incluir a área de intervenção do projeto, todos os edifícios a construir e/ou a ampliar, incluindo cotas de afastamento às extremas, com a representação dos acessos e vias e respetivo dimensionamento e condições de utilização;*
- 2.8 Declaração de compromisso contendo a garantia de que as faixas de gestão de combustível são realizadas antes do início da obra, durante a sua execução e utilização, no cumprimento integral das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as respetivas alterações, e seu Anexo e nas recomendações para o efeito formuladas pela CMDf (**Anexo III**).



Município de Ourique
Câmara Municipal

- 2.9 Declaração do requerente com a indicação do uso atual do solo (**Anexo V**), acompanhada de fotos do local da intervenção.

3. ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS ESPECÍFICOS

Para efeitos do n.º 10 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as respetivas alterações, os elementos instrutórios previstos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, conjugado com a Portaria n.º 113/2015, de 22/04 e demais legislação aplicável, os processos a remeter à CMDF nos termos do n.º 2 do artigo 3.º deste Regulamento devem ainda conter as seguintes peças escritas e desenhadas:

(Pedido de dispensa das condições previstas nos n.ºs 4 e 8 para as edificações abrangidas pelo Regime de Regularização de Atividades Económicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5/11).

- 3.1 A memória descritiva e justificativa nos termos previstos no ponto 1.1. dos elementos instrutórios gerais deverá adicionalmente descrever as seguintes condições:
- a) *Qual o regime aplicável, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, na sua redação atual;*
 - b) *Identificação da atividade exercida, a superfície total do terreno afeta às atividades, área total de implantação e construção e caracterização física dos edifícios.*
 - c) *Apresentação de evidência de que não é possível o cumprimento da faixa de gestão de combustível prevista no PMDFCI;*
 - d) *Identificação e caracterização de medidas adequadas propostas para a minimização do perigo de incêndio;*
 - e) *Justificação fundamentada de que não é possível adotar as medidas excecionais previstas nas alíneas a) e b) do ponto 6 do artigo 16.º;*
 - f) *Justificação de não apresentação de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, quando aplicável.*
- 3.2 A planta de localização, à escala de 1:10 000, deverá incluir a delimitação da totalidade da propriedade;
- 3.3 Extrato da cartografia de incêndio rural, à escala de 1:25 000, do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), com a delimitação da totalidade da propriedade:
- i. *Carta de Risco de Incêndio Florestal (RIF);*
 - ii. *Carta de Perigosidade de Incêndio;*
 - iii. *Carta de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível (FMGC).*



Município de Ourique
Câmara Municipal

- 3.4 Extrato da cartografia de incêndio rural, à escala que se considere adequada, do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), com a área da edificação existente.
- i. Carta de Risco de Incêndio Florestal (RIF);*
 - ii. Carta de Perigosidade de Incêndio;*
- 3.5 Planta de enquadramento em ortofotomapa, com representação da faixa de gestão de combustível associada à área de edificação existente.
- 3.6 A planta de implantação deve incluir à área de edificação existente, incluindo cotas de afastamento às extremas, com a representação dos acessos e vias e respetivo dimensionamento e condições de utilização;
- 3.7 Apresentação de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, quando aplicável;
- 3.8 Análise de risco, a elaborar pelo Gabinete Técnico Florestal (GTF), referindo:
- a) O potencial de risco que a atividade económica coloca à envolvente;*
 - b) O potencial de dano no caso de o incêndio atingir a infraestrutura que suporta a atividade económica;*
 - c) O grau de perigosidade da envolvente;*
 - d) Medidas de gestão de risco;*
- 3.9 Declaração de compromisso contendo a garantia de que a faixa de gestão do combustível é realizada antes do início da obra, durante a sua execução e utilização, no cumprimento integral das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as respetivas alterações, e seu Anexo e nas recomendações para o efeito formuladas pela CMDf (**Anexo III**).
- 3.10 Declaração do requerente com a indicação do uso atual do solo (**Anexo V**), acompanhada de fotos do local da intervenção.

4. ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS ESPECÍFICOS

Para efeitos do n.º 11 do artigo 16.º do Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho, com as respetivas alterações, os elementos instrutórios previstos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na sua redação atual, conjugado com a Portaria n.º 113/2015, de 22/04 e demais legislação aplicável, os processos a remeter à CMDf nos termos do n.º 2 do artigo 3.º deste Regulamento devem ainda conter as seguintes peças escritas e desenhadas:

(Construção de novos edifícios destinados a utilizações exclusivamente agrícolas, pecuárias, aquícolas, piscícolas, florestais ou de exploração de recursos energéticos ou geológicos nas áreas classificadas no PMDFCI como de alta e muito alta perigosidade)



Município de Ourique
Câmara Municipal

- 4.1 A memória descritiva e justificativa nos termos previstos no ponto 1.1. dos elementos instrutórios gerais deverá adicionalmente descrever as seguintes condições:
- a) Inexistência alternativa adequada de localização;*
 - b) Medidas de minimização do perigo de incêndio a adotar pelo interessado, incluindo a faixa de gestão de 100 metros;*
 - c) Identificação das medidas relativas à contenção de possíveis fontes de ignição de incêndios nas edificações (Projeto SCIE/fichas/Medidas de autoproteção, quando aplicável) e nos respetivos acessos, bem como a defesa e resistência das edificações à passagem do fogo.*
- 4.2 A planta de localização, à escala de 1:10 000, deverá incluir a delimitação da totalidade da propriedade;
- 4.3 Extrato da cartografia de incêndio rural, à escala de 1:25 000, do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), com a delimitação da totalidade da propriedade:
- i. Carta de Risco de Incêndio Florestal (RIF);*
 - ii. Carta de Perigosidade de Incêndio;*
 - iii. Carta de Faixas e Mosaicos de Gestão de Combustível (FMGC).*
- 4.4 Extrato da cartografia de incêndio rural, à escala que se considere adequada, do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), com a área de construção proposta:
- i. Carta de Risco de Incêndio Florestal (RIF);*
 - ii. Carta de Perigosidade de Incêndio;*
- 4.5 Planta de enquadramento em ortofotomapa, com especificação da faixa de Gestão de Combustível de 100 metros de largura, nos termos da alínea c) do n.º 11 do artigo 16.º.
- 4.6 A planta de implantação deve incluir a área de intervenção de todos os edifícios a construir, incluindo cotas de afastamento às extremas, com a representação dos acessos e vias e respetivo dimensionamento e condições de utilização;
- 4.7 Certidão de deliberação de reconhecimento do interesse público municipal, emitida pela Câmara Municipal de Ourique;
- 4.8 Declaração de compromisso contendo a garantia de que a gestão de segurança contra incêndios é realizada antes do início da obra, durante a sua execução e utilização, no cumprimento integral das medidas previstas no Decreto-Lei n.º 124/2006 e seu anexo e nas recomendações para o efeito formuladas pela CMDf (**Anexo III**).
- 4.9 Análise de risco, a elaborar pelo Gabinete Técnico Florestal (GTF), referindo:



Município de Ourique
Câmara Municipal

- a) O potencial de risco que a atividade económica coloca à envolvente;*
 - b) O potencial de dano no caso de o incêndio atingir a infraestrutura que suporta a atividade económica;*
 - c) O grau de perigosidade da envolvente;*
 - d) Medidas de gestão de risco;*
- 4.10 Declaração do requerente em como os novos edifícios apenas serão ocupados e utilizados para o fim a que se destinam, conforme vier a constar de autorização de utilização e tal como previsto no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação – RJUE, comprometendo-se a não efetuar qualquer ocupação dos espaços construídos para fins habitacionais ou turísticos, ainda que associados à exploração (**Anexo IV**),
- 4.11 Declaração do requerente com a indicação do uso atual do solo (**Anexo V**), acompanhada de fotos do local da intervenção.



Município de Ourique
Câmara Municipal

ANEXO III

DECLARAÇÃO

_____ (nome), titular do Bilhete de
Identidade/Cartão de Cidadão n.º _____, válido até __/__/__ e do
NIF _____, no âmbito do Processo de _____ n.º
_____ declaro, sob compromisso de honra, que antes do início das obras, assim
como durante o período da sua execução e posterior utilização das edificações,
cumprirei integralmente as medidas previstas no Decreto – Lei n.º 124/2006, de 2
de junho, na sua redação atual, e respetivo anexo, bem como as recomendações
formuladas pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta de Ourique.
Ourique, ____ de _____, de _____.

(assinatura)



Município de Ourique
Câmara Municipal

ANEXO IV

DECLARAÇÃO

_____ (nome), titular do Bilhete de
Identidade/Cartão de Cidadão n.º _____, válido até __/__/__ e do
NIF _____, no âmbito do Processo de _____ n.º
_____, na qualidade de dono da obra, declara, para efeitos do disposto
na alínea d) do n.º 11 do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as
ulteriores alterações, que a(s) edificação(ões) a que respeita(m) o pedido de
informação prévia / o pedido de licença / a comunicação prévia (riscar o que não
interessa) para _____ (designação do projeto) serão
ocupados e utilizados apenas para o fim a que se destinam, conforme vier a constar
de autorização de utilização e tal como previsto no Regime Jurídico da Urbanização
e da Edificação – RJUE, comprometendo-se a não efetuar qualquer ocupação dos
espaços construídos para fins habitacionais ou turísticos, ainda que associados à
exploração.

Ourique, ____ de _____, de _____

(assinatura)



Município de Ourique
Câmara Municipal

ANEXO V

DECLARAÇÃO

_____ (nome), titular do Bilhete de
Identidade/Cartão de Cidadão n.º _____, válido até __/__/__ e do
NIF _____, no âmbito do Processo de _____ n.º
_____, na qualidade de dono da obra, declara para os devidos efeitos,
que a área do prédio rústico com a inscrição matricial ____/ freguesia _____
Concelho de Ourique, apresenta o seguinte uso atual do solo: -----

Ourique, ____ de _____, de _____

(assinatura)